

Parecer Técnico nº 07/2018/CTIL/CNRH/MMA

Assunto: Avaliação do requerimento de urgência para “aprovar errata que corrige a redação do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai”.

1. Introdução

1.1. Este Parecer apresenta o posicionamento da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL) frente a matéria encaminhada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, durante sua 41ª Reunião Extraordinária.

1.2. Na citada reunião, a conselheira Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, representante das Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica (Abragel) apresentou os motivos para a apresentação do requerimento de urgência, assinado por 20 membros do CNRH. A conselheira argumentou que o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai, aprovado pela Resolução CNRH nº 196, de 08 de março de 2018, apresentaria um equívoco, sugerindo sua correção por meio de uma errata. Segundo o pedido de requerimento, uma recomendação aprovada pelo GAP foi transformada em uma diretriz, conforme transcrito a seguir:

“Conforme se verifica na publicação do referido Plano, foi caracterizada como uma diretriz estratégica o seguinte item:

*“Os pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) ou Outorgas para novos aproveitamentos hidrelétricos na RH-Paraguai **devem** aguardar os resultados desses estudos para a conclusão de suas análises, de forma a poder incorporar seus resultados. Assim que concluídos relatórios parciais para bacias específicas, seus resultados já devem ser incorporados aos pedidos de outorga e DRDH em análise”, (Sem grifo no original).*

*[...] em reunião ocorrida em 13 novembro de 2017 (14ª Reunião, linha 176/186 – doc. 02), reforçou-se que “a **recomendação** de restrição à outorga de novos empreendimentos hidrelétricos, já aprovada na 12ª Reunião não foi objeto de alteração”. Em outras palavras, após deliberar especificamente acerca do tema, o GAP aprovou mera **recomendação** de que a análise dos pedidos de DRDH e outorga de novos empreendimentos aguardasse a finalização dos estudos contratados pela ANA. No entanto, ao se examinar o texto final encaminhado ao CNRH, verificou-se que a **recomendação** foi transformada em **diretriz estratégica**.”*

1.3. Na ocasião, o plenário do CNRH aprovou, por maioria dos votos, o encaminhamento do tema à CTIL para manifestação prévia: i) votos a favor: ampla maioria ; ii) votos contra: 3; e iii) abstenções: 8.

2. Síntese das discussões e posicionamento

2.1. A Conselheira Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (Abragel) defendeu sua tese de que o PRH-Paraguai deveria ser corrigido, uma vez que o texto original aprovado

no Grupo de Acompanhamento da Elaboração do PRH Paraguai – GAP mencionava a palavra “recomendação” e não “devem”.

2.2. A Sra. Rosana Mendes Evangelista (Agência Nacional de Águas -ANA) discorreu sobre o processo de elaboração do PRH-Paraguai e informou que o item sempre esteve no capítulo de diretrizes gerais para outorga, portanto, necessariamente, deve ser tratada como uma diretriz, motivo pelo qual foi utilizada a palavra “devem”, ao invés de “recomenda”.

2.3. Ao final, a Sra. Rosana Mendes Evangelista (Agência Nacional de Águas - ANA) mostrou que nas páginas 272 e 273 do PRH-Paraguai, no item: “Diretrizes para Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos”, o Plano versa o seguinte:

A principal diretriz estratégica relacionada à outorga de direito de uso dos recursos hídricos está direcionada à sua implementação prática como um efetivo instrumento de gestão das águas na RH-Paraguai, cumprindo o papel de restrição e/ou incentivo para novos usos, e capaz de interferir na consecução de objetivos dirigidos à solução de conflitos existentes pelos usos múltiplos quanti-qualitativos e prevenção de conflitos em áreas identificadas como potenciais. (...)

2.4. Em seguida, a Sra. Natalia de Melo Lacerda (ANA) colocou que um plano de recursos hídricos, do ponto de vista jurídico, possui sentido diretivo. Também discorreu que, para a assunção da realização de uma errata, pressupõe-se um erro material, e que não há substrato jurídico para tal. Para classificar a questão como erro material, precisaria ocorrer um fato inequívoco, que não gerasse nenhuma discussão.

2.5. O Sr. João Clímaco (Organizações Não Governamentais/Fonasc) argumentou que o CNRH, de acordo com o Decreto 4613/2003, foi soberano no estabelecimento de diretrizes para a emissão de outorga no PRH-Paraguai. Concordou que é uma diretriz e não recomendação, conforme argumentação da ANA.

2.6. O Sr. José Quadrelli Neto (Indústrias/CNI) opinou que o texto aprovado pelo GAP não continha a palavra “deve” e sim “recomenda”. Fez indagações sobre o processo de construção e revisão do PRH-Paraguai conduzido pela ANA e apontou terem ocorrido mudanças de redação em textos já aprovados pelo GAP, o que não poderia ter ocorrido.

2.7. O Sr. David Guimarães Rocha (SRHQ/MMA) relatou que nas reuniões do GAP em que participou, o entendimento foi que deveriam ser aguardados os estudos em curso para a emissão das outorgas.

2.8. Sob o ponto de vista legal, não houve um entendimento unânime sobre a admissibilidade do pedido de revisão do PRH-Paraguai.

2.9. Houve discussões sobre a redação do PRH-Paraguai se seria uma diretriz ou recomendação, conforme disposto abaixo:

- Os pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) ou Outorgas para novos aproveitamentos hidrelétricos na RH-Paraguai **devem** aguardar os resultados desses estudos (...)
- Para os pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) ou Outorgas para novos aproveitamentos hidrelétricos na RH-Paraguai **recomenda-se** aguardar os resultados desses estudos (...)

2.10. Desta maneira, após apresentações e discussões, colocou-se em votação a aprovação do pedido de alteração do Plano:

- Votos a favor da aprovação: 4 votos (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica, Irrigantes, Indústrias, Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário).
- Votos contra: 5 votos (ONGs, MMA/SRHQ, MMA/ANA, Ministério da Defesa e Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos para Lazer e Turismo)
- Abstenções: 0

2.11. Assim, a CTIL não aprovou a proposição de errata que corrige a redação do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai.

3. Conclusão

3.1. Concluída a análise, a CTIL encaminha o presente parecer à plenária do CNRH para manifestação final.

Este é o parecer, elaborado por Claudia Ferreira Lima e Maurício dos Santos Pompeu.

Em, 16 de novembro de 2018.



ADRIANA LUSTOSA
Presidente da CTIL